

LEVANTAMENTO DOS MARCOS LÓGICOS E LEGAIS DA SAÚDE DO TRABALHADOR

1. Marcos Lógicos

NORMATIVAS INTERNACIONAIS		
Publicação/Origem		Ementa
<a href="#">Constituição da OIT</a>		Dispõe sobre a organização da OIT.
<a href="#">Declaração da Filadélfia</a>		Anexo da Constituição da OIT. Referente aos fins e objetivos da OIT.
<a href="#">Convenção nº 155 da OIT</a>		Trata da Segurança e Saúde dos Trabalhadores e o Meio Ambiente do Trabalho.
<a href="#">Convenção n.º 161 da OIT</a>		Convenção Relativa aos Serviços de Saúde do Trabalho.
<a href="#">Recomendação nº 181</a>		Recomendação da OIT sobre a Prevenção de Acidentes Industriais Maiores.
<a href="#">DECLARAÇÃO DA OIT SOBRE OS PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS NO TRABALHO</a>	1998	O documento é uma reafirmação universal da obrigação de respeitar, promover e tornar realidade os princípios refletidos nas Convenções fundamentais da OIT, ainda que não tenham sido ratificados pelos Estados Membros.
<a href="#">Convenção nº174 da OIT</a>		Trata da Prevenção de Acidentes Industriais Maiores.

MARCOS NACIONAIS		
Publicação/Origem		Ementa
<a href="#">PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS I</a>	1996	O Programa enumera as propostas de ações governamentais, a fim de fortalecer a democracia, promover e aprimorar o sistema de proteção aos direitos humanos.
<a href="#">PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS II</a>	2002	Atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos. O PNDH II deixa de circunscrever as ações propostas a objetivos de curto, médio e longo prazo, e passa a ser implementado por meio de planos de ação anuais, os quais definirão as medidas a serem adotadas, os recursos orçamentários destinados a financiá-las e os órgãos responsáveis por sua execução.
<a href="#">Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador.</a>		O documento apresenta os fundamentos de uma Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador, a ser desenvolvida de modo articulado e cooperativo pelos Ministérios do Trabalho, da Previdência Social e da Saúde, com vistas a garantir que o trabalho, base da organização social e direito humano fundamental, seja realizado em condições que contribuam para a melhoria da qualidade de vida, a realização pessoal e social dos trabalhadores e sem prejuízo para sua saúde, integridade física e mental.
<a href="#">Manual de Gestão e Gerenciamento - RENAST</a>	2006	Visa auxiliar os gestores, gerentes e pessoas interessadas em acompanhar a implantação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador – Renast..
<a href="#">Norma Operacional de Saúde do Trabalhador no SUS</a>		Estabelece normas e procedimentos para orientar e instrumentalizar as ações e serviços e saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde.

## 2. Marcos Legais

Tipo	Ident.	Data	Órgão	Ementa
Decreto-Lei (CLT)	<a href="#">5.452</a>	01/05/43	PR	Referente aos direitos trabalhistas.
Lei	<a href="#">5.889</a>	08/06/73	PR	Estatui normas reguladoras do trabalho rural.
<a href="#">Constituição Federal</a>		05/10/88	Assembléia	Conjunto de normas, regras e princípios supremos do ordenamento jurídico do país.

Tipo	Ident.	Data	Órgão	Ementa
<a href="#">do Brasil</a>			Nacional Constituinte	
Lei	<a href="#">8.080</a>	19/09/90	PR	Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
Lei	<a href="#">8.142</a>	28/12/90	PR	Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.
Lei	<a href="#">8.213</a>	24/07/91	PR	Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.
Portaria Interministerial	<a href="#">01</a>	20/04/93	MT/MS/ MPAS/SAF	Institui Comissão Interministerial de Saúde do Trabalhador, com o objetivo de compatibilizar e implementar ações sistêmicas de atenção à saúde do trabalhador.
Decreto	<a href="#">1.254</a>	29/09/94	PR	Promulga a Convenção nº 155, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores e o Meio Ambiente de Trabalho, concluída em Genebra, em 22 de junho de 1981.
Portaria Interministerial	<a href="#">07</a>	25/07/97	MT/MS/ MPAS	Institui Grupo Executivo Interministerial de Saúde do Trabalhador - GEISAT, de natureza permanente, com o objetivo de analisar medidas e propor ações integradas e sinérgicas que contribuam para aprimorar as condições de saúde e segurança do trabalhador.
Portaria Federal	<a href="#">3.120</a>	01/07/98	MS	Aprova a Instrução Normativa para a Vigilância em Saúde do Trabalhador.
Portaria Federal	<a href="#">3.908</a>	30/10/98	MS	Estabelece procedimentos para orientar e instrumentalizar as ações e serviços de Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde (SUS).
Portaria Federal	<a href="#">1.339</a>	18/11/99	MS	Institui a Lista de Doenças relacionadas ao Trabalho, a ser adotada como referência dos agravos originados no processo de trabalho no Sistema Único de Saúde, para uso clínico e epidemiológico, constante no Anexo I desta Portaria .
Instrução Normativa	<a href="#">07</a>	13/01/00	INSS	Exigência e Informação sobre a existência e o uso de tecnologia de proteção individual em laudo técnico de condições ambientais expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho.
Decreto	<a href="#">4.085</a>	15/01/02	PR	Promulga a Convenção nº 174 da OIT e a Recomendação no 181 sobre a Prevenção de Acidentes Industriais Maiores.
Portaria	<a href="#">1.679</a>	19/09/02	MS	Dispõe sobre a estruturação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador no SUS e dá outras providência
Portaria	<a href="#">656</a>	20/09/02	MS	Aprova as Normas para o Cadastramento e Habilitação dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador - CRST.
Portaria	<a href="#">666</a>	26/09/02	MS	Inclui, na Tabela de Serviço/Classificação de Serviço do Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde - SIA/SUS, o serviço de Atenção à Saúde do Trabalhador.
Portaria	<a href="#">198</a>	13/02/04	MS	Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de

Tipo	Ident.	Data	Órgão	Ementa
				Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências.
Portaria	<a href="#">777</a>	28/04/04	MS	Dispõe sobre os procedimentos técnicos para a notificação compulsória de agravos à saúde do trabalhador em rede de serviços sentinela específica, no SUS.
Portaria	<a href="#">2.023</a>	23/09/94	MS	Define que os municípios e o Distrito Federal sejam responsáveis pela gestão do sistema municipal de saúde na organização e na execução das ações de atenção básica, e dá outras providências.
Portaria	<a href="#">2.024</a>	23/09/04	MS	Fixa por habitante ao ano o valor mínimo da parte fixa do Piso de Atenção Básica - PAB e o valor máximo, para efeito do cálculo do montante de recursos a ser transferido do Fundo Nacional de Saúde aos municípios e ao Distrito Federal.
Portaria	<a href="#">2.031</a>	23/09/04	MS	Dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública.
Portaria Interministerial	<a href="#">800</a>	03/05/05	MPS/MS/MTE	Publica o texto base da minuta de Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalho.
Portaria	<a href="#">1.125</a>	06/07/05	MS	Dispõe sobre os propósitos da política de saúde do trabalhador para o SUS.
Norma Regulamentadora	<a href="#">32</a>	11/11/05	MS	Dispõe sobre a Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde.
Portaria	<a href="#">2.437</a>	07/12/05	MS	Dispõe sobre a ampliação e o fortalecimento da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador - RENAST no Sistema Único de Saúde - SUS e dá outras providências.
Portaria	<a href="#">399</a>	22/02/06	MS	Divulga o Pacto pela Saúde 2006 - Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto.
Portaria	<a href="#">675</a>	30/03/06	MS	Aprova Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde que consolida os direitos e deveres do exercício da cidadania na saúde em todo o país.
Portaria	<a href="#">698</a>	30/03/06	MS	Define que o custeio das ações de saúde é de responsabilidade das três esferas de gestão do SUS, observado o disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica do SUS.
Portaria	<a href="#">699</a>	30/03/06	MS	Regulamenta as diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida e de Gestão.